

PROTAGONISMO JUVENIL E DIREITOS HUMANOS: RELATO DE UMA INTERVENÇÃO PEDAGÓGICA NO COMBATE AO *BULLYING*

Angélica Perin Casagrande¹

Henri Luiz Fuchs²

RESUMO

Este trabalho apresenta um relato de experiência pedagógica desenvolvida nos anos finais do Ensino Fundamental e no Ensino Médio na rede pública de ensino, focado na prevenção e combate ao *bullying* sob a perspectiva da cidadania e dos direitos humanos. Metodologicamente, a experiência estruturou-se como intervenção de natureza qualitativa e participante, baseada na sistematização de práticas pedagógicas e na observação direta do cotidiano escolar. O projeto filosófico visou fomentar o protagonismo discente mediante campanha educativa de ação direta, integrando palestras, dinâmicas teatrais, confecção de informativos e abertura de canais de escuta físicos e virtuais. A fundamentação teórica ancorou-se nos pressupostos de Freire (2004), compreendendo o conhecimento como ferramenta libertadora e essencial para a manutenção da coletividade democrática. Tal concepção foi reforçada pelas reflexões de Nóvoa (2017) e Santomé (2013), que preconizam a escola como espaço de relações sociais pautado pela justiça curricular, na qual temas sociais urgentes devem atravessar o ensino para assegurar o local de fala e o bem comum. Sistemáticamente, a intervenção buscou transformar a escola em ambiente inclusivo, onde a diversidade é respeitada e preconceitos arraigados são confrontados sob ótica axiológica. A experiência revelou que a juventude resguarda idealismo de transformação social que, se estimulado, conduz à autonomia intelectual e à participação política. Os resultados indicaram que o exercício da argumentação e do diálogo potencializou os educandos como sujeitos ativos no reconhecimento e enfrentamento de dilemas comunitários. Em última análise, a transcendência racional e humanista proporcionada pelo projeto conscientizou para a cidadania e a vivência democrática, reafirmando que o alcance da consciência crítica possibilita ação politizada sobre a realidade. Concluiu-se que o fortalecimento dos preceitos humanos no espaço escolar exige práxis que garanta ao estudante o exercício como sujeito questionador, essencial para consolidação de sociedade íntegra e para ampliação das conquistas sociais no horizonte da pluriversalidade.

Palavras-chave: Direitos Humanos; Protagonismo Juvenil; Bullying; Inclusão Social; Prática educativa.

INTRODUÇÃO

O ambiente escolar, concebido como um microcosmo da sociedade, é um espaço privilegiado para a vivência democrática, mas também um local onde tensões e violências interpessoais, como o *bullying*, frequentemente se manifestam. Nas redes públicas de ensino,

o

¹Mestranda do Curso de Mestrado em Educação Básica, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul – IFRS, angelicapcasagrande@gmail.com;



²Professor orientador: Dr. Henri Luiz Fuchs. Doutor em Educação pela Universidade La Salle – UNILASALLE, henri.fuchs@farroupilha.ifrs.edu.br.

enfrentamento dessas práticas demanda ações que superem a visão meramente punitiva, focando na prevenção e na construção de uma cultura de paz. A escola, portanto, deve configurar-se como um território de justiça curricular, onde temas sociais urgentes, como o respeito à diversidade e os direitos humanos, atravessem o cotidiano pedagógico para assegurar o bem comum (SANTOMÉ, 2013).

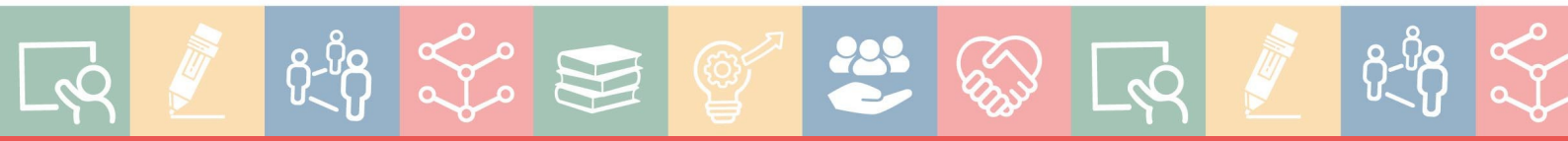
Nesse contexto, este artigo apresenta um relato de experiência pedagógica desenvolvido com estudantes dos anos finais do Ensino Fundamental e do Ensino Médio, com o objetivo de prevenir e combater o *bullying* sob a perspectiva da cidadania ativa. A intervenção, de natureza qualitativa e participante, fundamentou-se na sistematização de práticas pedagógicas e na observação, visando fomentar o protagonismo discente por meio de campanhas educativas de ação direta, incluindo palestras, dinâmicas teatrais e canais de escuta.

A fundamentação teórica deste projeto ancorou-se nos pressupostos de Freire (2004), compreendendo o conhecimento como ferramenta libertadora e essencial para a manutenção da coletividade democrática, reforçada pelas reflexões de Nóvoa (2017) sobre o papel do educador. A intervenção buscou, assim, transformar a escola em um ambiente inclusivo, onde a diversidade é respeitada e preconceitos arraigados são confrontados sob uma ótica axiológica.

A partir dessa vivência, este trabalho busca responder: como o estímulo ao protagonismo discente pode converter o enfrentamento ao *bullying* em uma prática de cidadania e autonomia intelectual? Os resultados indicaram que o exercício da argumentação e do diálogo potencializou os educandos como sujeitos ativos, reafirmando que o alcance da consciência crítica, conforme a proposta freiriana, possibilita a ação politizada sobre a realidade.

METODOLOGIA

A presente experiência pedagógica fundamentou-se em uma abordagem qualitativa de cunho participativo, método que privilegia a inserção direta dos proponentes no campo de estudo para a compreensão aprofundada dos fenômenos sociais (MINAYO, 2012). O percurso metodológico foi estruturado em três eixos complementares, aplicados em uma unidade da rede pública municipal de ensino da cidade de Bento Gonçalves com turmas dos anos finais do Ensino Fundamental e do Ensino Médio.



O primeiro eixo consistiu na sistematização de práticas e observação direta. Durante este período, foram registrados os padrões de interação discente no cotidiano escolar, identificando-se as manifestações de violência simbólica e física (*bullying*). Esses registros serviram de base para o planejamento das intervenções subsequentes, garantindo que as ações estivessem conectadas à realidade local.

O segundo eixo focou no protagonismo e ação direta, operacionalizado através de um conjunto de estratégias didáticas, tais como: rodas de conversa e palestras dialógicas — espaços de debate sobre ética, diversidade e direitos humanos, onde o conhecimento foi construído coletivamente; dinâmicas teatrais — exercícios de dramatização focados na inversão de papéis (vítima/agressor/espectador), visando o desenvolvimento da empatia e da sensibilidade axiológica; produção de materiais informativos — confecção de cartazes e conteúdos digitais pelos próprios estudantes, estimulando a autonomia intelectual e a disseminação de informações preventivas.

Por fim, o terceiro eixo estabeleceu canais de escuta e acolhimento. Foram implementados pontos de diálogo físicos (urnas de sugestões e denúncias) e virtuais (plataformas de comunicação direta), assegurando o anonimato e o local de fala necessário para a expressão de dilemas comunitários. A análise dos dados obtidos seguiu a técnica de análise de conteúdo, confrontando a prática pedagógica com os pressupostos de justiça curricular e educação libertadora propostos pelo referencial teórico adotado.

REFERENCIAL TEÓRICO

A base epistemológica deste relato de experiência repousa na obra de Paulo Freire, especificamente na compreensão da educação como um ato político e dialógico. Segundo Freire (2004), a educação é um ato político dialógico que rejeita a neutralidade, posicionando-se invariavelmente entre a manutenção da cultura do silêncio e o despertar para a práxis libertadora. No contexto do combate ao *bullying*, essa premissa é fundamental, pois entende-se que a violência nas escolas não é um fenômeno isolado, mas um reflexo de estruturas de opressão e desumanização presentes na sociedade.

A pedagogia da autonomia (1996) freiriana estabelece que ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua própria (re)construção. Quando transpomos esse conceito para a prevenção do *bullying*, percebemos que não basta uma postura proibitiva por parte da escola. É necessário que o educando alcance o que Freire chama de consciência crítica (1996) quanto a consciência ingênua percebe o *bullying* como



uma “brincadeira”, a consciência crítica desvela as relações de poder, o preconceito e a negação do outro que sustentam essa prática.

Nesse sentido, a intervenção pedagógica buscou substituir a educação bancária, onde o educando é um depósito de normas de conduta, pela educação problematizadora. Ao utilizar dinâmicas e canais de escuta, o projeto permitiu que o estudante se visse como sujeito da história, capaz de transformar a realidade do seu entorno. Freire (1987) argumenta que a leitura do mundo precede a leitura da palavra; sob essa ótica, compreender as dinâmicas de exclusão que permeiam desde os corredores e salas de aula até as interações nos ambientes virtuais é o primeiro passo para uma participação política consciente e para o exercício da cidadania democrática.

A superação da violência escolar pelo diálogo exige uma postura ética que Freire define como indissociável da prática docente:

Ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua própria produção ou a sua construção. Quando se vive a generosidade da prática de ensinar e a da prática de aprender, a que ela se vincula, descobre-se que nada tem que ver com a arrogância de quem se julga dono da verdade. O clima de respeito à autonomia e à dignidade de cada um é imperativo ético e não um favor que podemos ou não conceder uns aos outros. (FREIRE, 1996, p. 52)

Para complementar a visão freiriana, recorremos a António Nóvoa (2017), que discute a identidade da escola no século XXI. O autor defende que a escola deve ser um lugar de construção do comum. Em um tempo de excessivo individualismo e fragmentação social, o *bullying* aparece como a negação desse espaço comum, pois exclui o diferente e rompe o vínculo da coletividade.

Segundo Nóvoa (2017), a escola não pode se reduzir a um espaço de aprendizagem individual de competências técnicas. Ela deve ser um lugar de vida, onde se aprende a habitar o mundo com os outros. A intervenção relatada neste artigo alinha-se a essa visão ao propor que o combate à violência escolar seja um projeto coletivo, envolvendo o protagonismo discente. Ainda, o autor destaca que a formação do estudante passa pela sua inserção em debates que afetam a vida pública da escola.

Nóvoa reforça que a identidade da escola e do professor se constrói na partilha de experiências e na reflexão sobre a prática social:

A formação não se constrói por acumulação (de cursos, de conhecimentos ou de técnicas), mas sim através de um trabalho de reflexividade crítica sobre as práticas e de (re)construção permanente de uma identidade pessoal. Por isso é tão importante conceber a escola como um lugar de formação, como um lugar onde os professores



refletem em comum sobre os seus problemas, sobre as suas práticas. (NÓVOA, 1992, p. 25)

Dessa forma, as palestras e campanhas educativas de ação direta não foram apenas eventos isolados, mas tentativas de resgatar a função social da escola pública. Ao abrir canais de escuta físicos e virtuais, a instituição reafirma sua responsabilidade ética de acolhimento. Para Nóvoa (2017), o compromisso social da docência se traduz na habilidade de instituir espaços dialógicos, reverberando a relevância da justiça da convivência.

A discussão sobre o *bullying* exige, necessariamente, um olhar sobre o que se ensina e como se ensina. Jurjo Santomé (2013) argumenta que muitos currículos escolares são excludentes, pois ignoram as tensões sociais e as vozes dos grupos minoritários. O autor defende que temas sociais urgentes devem atravessar o ensino. Se trata de uma postura axiológica (de valores) que permeia todas as áreas do conhecimento. No projeto em questão, a confecção de informativos e a abertura do local de fala permitiram que os estudantes confrontassem preconceitos arraigados sob uma ótica de direitos humanos.

A justiça curricular, portanto, ocorre quando a escola deixa de ser neutra diante da opressão e passa a oferecer ferramentas teóricas para que os alunos desconstruam discursos desumanizantes.

Santomé detalha o perigo de currículos que ignoram a realidade dos estudantes, o que indiretamente favorece o surgimento do *bullying* e do preconceito:

Um currículo é injusto quando ignora, subestima ou desfigura as culturas das minorias, quando as vozes dos grupos sociais submetidos a condições de opressão são silenciadas ou reduzidas a anedotas. A justiça curricular exige que os conteúdos escolares permitam aos estudantes compreender as razões da marginalização e os capacitem para a ação coletiva na construção de uma sociedade mais igualitária (SANTOMÉ, 2013, p. 112).

Ao garantir o local de fala a escola permite que a diversidade deixe de ser um problema para se tornar um valor pedagógico. Santomé alerta que o silenciamento pedagógico sobre o conflito apenas reforça a hegemonia do agressor. Assim, a intervenção direta e a campanha educativa serviram como um contra-discurso, promovendo a transcendência racional necessária para que o jovem saia da esfera do impulso e entre no plano da argumentação ética.

Por fim, a trajetória teórica desta pesquisa culmina na ideia de que a juventude resguarda um idealismo de transformação social que precisa de canais de expressão. Quando a escola proporciona o exercício da argumentação e do diálogo, ela está formando o sujeito



político. A cidadania não é um conceito abstrato a ser aprendido nos livros, mas uma prática a ser vivenciada no cotidiano (FREIRE, 2004).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O enfrentamento de dilemas comunitários, como o *bullying*, potencializa o educando como sujeito ativo. A consciência de que suas ações afetam o outro e o coletivo é o pilar da vivência democrática. Como afirma Freire (1996), a educação libertadora busca a autonomia intelectual e a responsabilidade social. Ao final desta reflexão teórica, compreende-se que a prevenção do *bullying* sob a ótica dos direitos humanos não é apenas um esforço para pacificar a escola, mas uma estratégia para fortalecer a democracia brasileira a partir de suas bases: os jovens cidadãos da rede pública de ensino.

Os dados coletados durante a intervenção pedagógica foram submetidos a uma análise qualitativa, resultando na sistematização de categorias que refletem o impacto das ações no cotidiano escolar. A organização a seguir sintetiza os principais achados empíricos:

Quadro 1 – Sistematização das Ações e Percepções Discentes

Categorias de Análise	Ações Realizadas	Resultados
Protagonismo e Voz	Canais de escuta (físicos e virtuais) e fóruns de debate.	Identificação de conflitos silenciados e aumento da confiança para relatar abusos.
Empatia e Alteridade	Apresentações dinâmicas dos discentes (teatro e vídeo).	Redução das agressões (simbólicas e físicas) e maior sensibilização quanto ao sofrimento do outro.
Consciência Política	Produção de informativos e campanhas de ação direta.	Transição do idealismo juvenil para o exercício da argumentação ética e defesa do coletivo.

Fonte: Elaborado pelo autora (2026).



A implementação dos canais de escuta revelou que o *bullying*, muitas vezes, subsiste devido à invisibilidade institucional. Ao garantir o anonimato e o acolhimento, a pesquisa-intervenção confirmou a tese de Santomé (2013) sobre a importância de romper o silenciamento pedagógico. Os dados mostraram que os estudantes não apenas denunciaram casos, mas propuseram soluções, exercendo o que Freire (1987) coloca como a leitura do mundo que precede a transformação da realidade.

A discussão gerada nesses canais permitiu que a escola deixasse de ser um espectador passivo da violência para se tornar um espaço de justiça da convivência. Como aponta Nóvoa (2017), quando a escola se torna um lugar de sentido comum, os vínculos de solidariedade se sobrepõem ao individualismo fragmentador que alimenta o preconceito.

As dinâmicas teatrais ao encenarem situações de *bullying*, fizeram com que os educandos saíssem da esfera do impulso — onde a reação é instintiva e agressiva — para o plano da argumentação crítica e ética. Esse resultado corrobora a visão de que a educação axiológica é capaz de confrontar preconceitos arraigados.

Observou-se que o exercício da empatia funcionou como uma ferramenta de transcendência humanista. A criatividade das encenações permitiu que os jovens desconstruíssem narrativas de exclusão de forma lúdica, reafirmando que o alcance da consciência crítica possibilita uma ação politizada sobre a realidade cotidiana.

O resultado da intervenção indicou que a juventude, quando estimulada, resguarda um potencial transformador latente. A produção dos materiais informativos não foi apenas uma tarefa escolar, mas um ato de participação política. Os educandos reconheceram-se como sujeitos ativos no enfrentamento de dilemas comunitários.

Em última análise, a discussão dos resultados demonstra que ao integrar o ensino à vida ética, a escola cumpre sua função social de formar não apenas estudantes, mas cidadãos comprometidos com o bem comum e com a manutenção da democracia.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As reflexões e intervenções apresentadas ao longo deste trabalho permitem concluir que o enfrentamento ao *bullying* nas escolas públicas exige uma ruptura com posturas meramente disciplinares, demandando uma transição para processos de conscientização e protagonismo ético. A experiência demonstrou que, ao fundamentar as práticas pedagógicas



nos pressupostos de Freire (2004), a escola deixa de ser um local de reprodução de violências simbólicas para se tornar um território de liberdade e humanização.

A principal constatação desta pesquisa indica que o diálogo e a argumentação, quando estruturados metodologicamente como ferramentas de ação direta (teatro, informativos e canais de escuta), possuem o poder de converter o idealismo juvenil em participação política efetiva. Os resultados evidenciaram que os educandos, ao ocuparem seu local de fala, tornam-se sujeitos ativos na desconstrução de narrativas de exclusão, provando que a justiça curricular defendida por Santomé (2013) é um caminho viável e necessário para a manutenção da coletividade democrática.

A sistematização aqui exposta serve de subsídio para que outros educadores e pesquisadores possam adaptar estratégias de escuta e problematização, fortalecendo a rede de proteção aos direitos humanos no ambiente escolar. A aplicação empírica desses achados sugere que a prevenção à violência escolar não é um evento isolado, mas uma práxis contínua que deve atravessar todas as áreas do conhecimento.

Por fim, abre-se a necessidade de novas pesquisas que investiguem o impacto dessas intervenções a longo prazo, especialmente no que tange à permanência e impacto da consciência crítica na vida adulta desses jovens. É premente, também, ampliar o diálogo sobre o *ciberbullying* e as novas configurações de violência no espaço digital, temas que demandam atualizações constantes das ferramentas de escuta virtual propostas. Em última análise, este trabalho reafirma que o fortalecimento dos preceitos humanos no espaço escolar é o alicerce para uma sociedade mais justa, politizada e democrática.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei nº 13.185, de 6 de novembro de 2015. Institui o Programa de Combate à Intimidação Sistemática (Bullying).** Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, ano 152, n. 213, p. 1-2, 9 nov. 2015.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa.** 29. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996. (Coleção Leitura).

_____. **Pedagogia do oprimido.** 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

_____. **Pedagogia da indignação: cartas pedagógicas e outros escritos.** 1. ed. São Paulo: UNESP, 2004.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade.** 31. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.



NÓVOA, António (org.). **Os professores e a sua formação**. 2. ed. Lisboa: Dom Quixote, 1992.

_____. **Escolas e Professores: proteger, transformar**. Salvador: SEC/IAT, 2017.

SANTOMÉ, Jurjo Torres. **Currículo escolar e justiça social: o cavalo de Troia da educação**. Tradução de Julia de Moraes Castro. Porto Alegre: Penso, 2013.

